



ANÁLISE DO MATERIAL ELEITORAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO DE CRICIÚMA EM OUTUBRO DE 1985: CONDIÇÕES DE TRABALHOS E A QUESTÃO GÊNERO¹

José Expedito Zeferino²

Tatiane Beretta³

RESUMO: O seguinte artigo trata da análise do material eleitoral do sindicato dos trabalhadores da indústria do vestuário de Criciúma em outubro de 1985: condições de trabalhos e a questão gênero. O objetivo geral deste trabalho ficará condicionado à análise a respeito das relações de poder existentes nas indústrias criciumenses, sejam estas relações, entre empregadores e empregados, sindicato e filiado, e ainda as questões de gênero e classe que coexistiam nestes ambientes de trabalho. Utilizaremos o material de campanha da Chapa 2 como fonte de pesquisa histórica, para que assim, tenhamos documentos que relatam de forma clara as relações de poder que existiam nas indústrias criciumenses. E desde modo, compreender a importância dos sindicatos na formação e no fortalecimento dos movimentos sociais e na luta por direitos trabalhistas e de igualdade de gênero na década de 1980 na indústria vestuarista de Criciúma. Esse trabalho foi realizado a partir de uma leitura teórica juntamente com a análise de documentos históricos que foram cedidos pelo CEDOC (Centro de Memória e Documentação) da UNESC. Com a conclusão deste trabalho, conseguimos vislumbrar as opressões que norteavam a vida das operarias criciumenses, e compreender que os marcadores de opressão estavam ligados ao gênero e a classe. E o resultado da eleição demonstra que com união e organização, mesmo oprimidas, as trabalhadoras e os trabalhadores possuem força capaz de alcançar seus objetivos na luta por seus direitos trabalhista.

Palavras chave: Gênero, Sindicato, Eleição, Trabalhadoras, Classe.

ABSTRACT: The following article deals the analysis of the election material of the Criciúma garment workers' union in October 1985: working conditions and the gender issue. The general objective of this work will be conditioned the analysis about the power relations existing in the Criciumenses Industries, relations between employers and employees, union and affiliated, also the issues of gender and class that coexisted in these work environments. We will use the "Chapa 2" campaign material as a source of historical research, so that we have documents that clearly report the power relations that existed in the Criciumese Industries. This article consists in understand the importance of unions in the formation and strengthening of social

¹ Este artigo é fruto de um ensaio realizado pelos acadêmicos da quinta fase do curso de história-licenciatura da Universidade do Extremo Sul Catarinense, orientados pelos professores Michele Gonçalves Cardoso e Paulo Sérgio Osório, no primeiro semestre de 2019.

² Graduando do curso de história da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). E-mail: jo-expedito@outlook.com

³ Graduanda do curso de história da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). E-mail: tatiane.beretta@hotmail.com

movements and in the struggle for labor rights and gender equality in the 1980s in the clothing industry of Criciúma. This work was carried out from a theoretical reading together with the analysis of historical documents that were provided by UNESCO's CEDOC (Memory and Documentation Center). In conclusion, we can glimpse the oppressions that guided the life of the Criciumenses e workers, understanding that the markers of oppression were linked to gender and class. The result of the election demonstrates that with union and organization, even oppressed, workers have the strength to achieve their goals in the struggle for their labor rights.

Keywords: Gender, Union, Election, Workers, Class.

Introdução

O objeto de estudo deste trabalho será o sindicato dos trabalhadores da indústria do vestuário de Criciúma, especificamente nas eleições sindicais de outubro de 1985. Pela primeira vez em sua história, este sindicato assistiu a uma disputa de duas chapas concorrentes, uma destas chapas era formada pelos operários que estavam na luta por um sindicato atuante nas causas trabalhistas, contra a chapa apoiada pelos patrões, a então chamada nos documentos da campanha eleitoral, de chapa “pelega”.

Com os materiais de campanha pertencentes à chapa de oposição, da Chapa 2 organizada pelos operários/as, conseguimos perceber as maiores dificuldades e quais foram as reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras cricumenses durante aquela eleição. Nossa análise se aprofunda nas questões referentes às condições de trabalho no ramo industrial vestuarista a as discussões de classe e gênero, pois a mão de obra feminina é encontrada em maior escala neste ramo industrial.

A partir das propostas de campanha da Chapa 2 conseguimos vislumbrar que as relações existentes nas indústrias cricumenses eram pautadas na interseccionalidade. Os enfrentamentos das operárias do ramo do vestuário ultrapassaram as barreiras de classe e ligaram-se as lutas de gênero. Deste modo, pretendemos responder quais os marcadores de opressão permearam a indústria vestuarista de Criciúma durante o ano de 1985.

Mas, para a compreensão do nosso objetivo, iremos primeiramente realizar uma contextualização histórica a respeito de quando, e de como que se estruturou o sistema fabril, entender e discutir como as mulheres foram integradas a este sistema

de trabalho e como se desenvolveram as lutas trabalhistas ligadas aos sindicatos. Para realização deste artigo analisamos os documentos que foram cedidos pelo Centro de Memória e Documentação (CEDOC) da Universidade do Extremo Sul Catarinense, esse material pertence ao fundo do CEDIP (Centro de Documentação e Informação popular).

Este artigo demonstrasse importante para que possamos compreender como ocorreu inserção das mulheres ao mercado de trabalho, a partir da industrialização inglesa, e quais são as permanências e rupturas, na contemporaneidade do mercado de trabalho brasileiro. E ainda, discutir como se desenvolvera movimentação dos trabalhadores por melhores condições de trabalho na indústria vestuarista de Criciúma. Este trabalho se desenvolve na perspectiva da interseccionalidade, demonstrando os diferentes marcadores de opressão no ramo industrial criciumense.

Contextualização histórica da Revolução industrial á década de 1985 no Brasil

Antes de iniciar a contextualização histórica, se faz necessário conhecer e compreender o conceito de revolução. Podemos definir revolução “[...] como um processo de mudança das estruturas sociais [...]” (SILVA; SILVA. 2009 p.362). A Revolução Industrial modificou a forma de trabalho, passando de uma manufatura para maquina fatura, ou seja, de um trabalho manual para um produzido por homens e máquinas, e a partir deste momento, o trabalho passa a ser dividido por etapas, aumentando assim o fluxo e a velocidade da fabricação de um objeto específico. E por conta dessa modificação de forma tão brusca nas questões de trabalho, a inserção do salário e organização urbana faz com que a industrialização seja compreendida como uma revolução, pois ela não apenas modificou as metodologias de trabalhos, como também teve seus reflexos na organização social.

As fábricas surgiram no século XVIII na Inglaterra com a chamada Revolução Industrial, que segundo Thompson “a fábrica surge como símbolo das energias sociais que estão destruindo o verdadeiro ‘curso da natureza’.” (THOMPSON, 1987, p.11). Isto quer dizer, que as estruturas sociais serão alteradas e as vidas das pessoas sofreram com o movimento acelerado imposto pelas regras da organização fabril.

O tempo a partir da Revolução Industrial se torna mercadoria, “[...] ninguém passa o tempo, sim o gasta”. (THOMPSON, 1988, p. 272). É como diria aquele velho ditado popular “tempo é dinheiro”. A produção com a industrialização passa a ser feita de maneira mais acelerada, isso modifica não apenas a Inglaterra, país em que a revolução industrial nasce, mas uma boa parte do globo terrestre sofre alterações pelo novo modelo de sistema fabril.

Com o trabalho organizado em fábricas os londrinos vão ser engolidos por um novo personagem o “operário assalariado e miserável”. A cidade que antes era vista como centro de civilidade agora passa a se preocupar com ataques dos “incivilizados”, que vivem por migalhas, mas são produtos criados pelo processo de modernização de Londres.

As condições precárias de vida dos operários londrinos demonstram a negligência da burguesia em atender as necessidades básicas destes que mantinham as fábricas com o seu trabalho árduo e pouco remunerado. Para desqualificação do trabalho, os empresários e as grandes indústrias, se utilizam da mão de obra feminina como fator determinante para manutenção dos baixos salários, e por existir um grande número de desempregados, o operário torna-se uma peça descartável, o que o obriga a aceitar as condições do patrão, e assim a subordinação a uma vida lastimável e pobre.

A desqualificação do trabalho não ocorreu apenas com as mulheres, as crianças também passaram a serem vistas como potencial produtivo, pois ambas possuíam mão de obra barata, ou seja, eram exploradas. “[...] a sociedade burguesa em pleno final do século XVII não poupava esforços para assegurar a máxima produtividade do trabalhador e garantir a continuidade da acumulação.” (DECCA, 1984 P.51).

Guiados por esse princípio os patrões da época não se preocupavam com as condições de trabalho destas trabalhadoras e sobre as questões infantis. Tornasse importante salientar que além do trabalho exaustivo nas fábricas, as mulheres ainda teriam o trabalho doméstico, tornando assim, dupla a sua jornada de trabalho. Esse modelo ainda se repete na contemporaneidade, quando se diz a respeito da dupla jornada de trabalho das mulheres e a questão da igualdade de salários.

Desde que surgem as fábricas, nasce à figura do operário, este que se apresenta como uma peça fundamental deste sistema. Estes trabalhadores se unem a coletivos que defendem os seus interesses, e durante a história das fábricas essa união de operários na busca por justiça e nas lutas trabalhistas foram e continuam sendo vista como prejudiciais a vida dos patrões. Como descreve Decca, sobre essas lutas operárias:

Preguiça, ócio, vagabundagem, absenteísmo, difícil tentativa de nomear uma luta que atinge o seu ápice num movimento social sem precedentes: o quebra-quebra das máquinas. Os patrões demonstraram total incapacidade para enfrenta-lo e contaram com a ajuda de um monumental aparato repressivo militar. (1982. p. 52).

Após a revolução industrial e com um novo modelo econômico capitalista vigente, o mundo transformasse e o modelo industrial processualmente vai se infiltrando nos demais países, alterando suas economias e suas relações de trabalho. No Brasil, a industrialização do seu território remeter a um período anterior a década de 30 e intensificasse após a esta data com programas governamentais para a intensificação da implantação de indústrias.

Com o fim da primeira Guerra Mundial, o E.U.A ascendeu economicamente, transformando-se assim em uma grande potência. Mas, a partir do final da década de 1920 se inicia o episódio histórico conhecido com a Grande Depressão. Este episódio não afetou apenas o país norte americano como também o Brasil, e por conta disso, o café que durante algumas décadas correspondia a maior parte da economia brasileira, com a crise de vinte e nove sofreu um grande prejuízo. “[...] Entre 1931 e 1938, milhões de sacas de café foram queimadas, visando conter a super oferta brasileira [...]” (MENDONÇA, 1995, p. 38).

Essa medida citada por Mendonça foi tomada para a valorização do produto internacionalmente, já que consequentemente os estoques do país diminuiram. O governo brasileiro tomou essa atitude, pois “[...] A apoio à cafeicultura, por exemplo, permitiu que se mantivesse o nível de empregos e de renda de todos os setores ligados a ela, o que significou preservar o *mercado consumidor interno*” (MENDONÇA, 1995, p. 39, grifo da autora).

Este episódio possibilitou que se iniciasse industrialização brasileira, mesmo que o consumo externo permanecesse turbulento, o interno se encontrava favorável. “[...] Pela primeira vez em nossa história, os preços dos produtos industriais aqui

fabricados eram *mais vantajosos* do que os dos importados” (MENDONÇA, 1995, p. 40, grifo da autora). Com este novo cenário, a indústria passou a ser protagonista na recuperação da economia brasileira.

A industrialização nas terras brasileiras ocorreu de forma tardia comparada aos países da Europa e América do Norte. Por contar com uma economia baseada na plantação de cana-de-açúcar e depois na produção de café, o Brasil começa a discutir mais intensamente as questões industriais apenas na década de trinta.

De forma direta ou indireta, o grande marco no desenvolvimento da indústria brasileira foi, a Revolução de 1930, que causou forte transformação na estrutura socioeconômica brasileira e criou as condições necessárias e suficientes para o estabelecimento das relações capitalistas de produção que já vinham sendo desenvolvidas desde as últimas décadas do século XIX, propiciando a formação de um centro econômico capitalista. (CARA; FRANÇA, 2008, P.1)

Atravessando agora algumas décadas na história do Brasil, passaremos a falar a respeito do período ditatorial e seu impacto no mundo do trabalho. Faz-se importante falar desse momento, pois ele é marcado pela repressão a qualquer tipo de manifestação, sendo assim, os sindicatos dos trabalhadores também eram afetados. “[...] as decisões sobre política salarial foram transferidas da justiça do trabalho para o Executivo Federal, os sindicatos ficaram esvaziados de seu papel político de contestação [...]” (MENDONÇA, 1995, p. 77). Deste modo, os silenciamentos marcam as histórias dos sindicatos neste período ditatorial brasileiro.

Durante vinte e um anos o Brasil foi comandado por uma ditadura civil militar, mas no início da década de 1980 este governo sofreu pressões e um processo de abertura política desencadeou o fim da ditadura e a redemocratização do território nacional.

Com o término do período ditatorial brasileiro, ocorreu um fortalecimento nos movimentos sociais, e estes ganharam força e visibilidade nas lutas após anos sofrendo opressões vindas dos governos militares. A década de 80 é tida como um “[...] palco de uma série de movimentações grevistas, consolidando a ascensão do movimento sindical brasileiro que vinha sendo construído desde o final da década anterior. [...]” (SANTANA, 2011, p.1).

Após décadas de silenciamentos os sindicatos passaram a ter uma liberdade mais expressiva, podendo então se reorganizar. Segundo Decca, “[...] no interior da luta de classes do período tornava-se possível a emergência de um

discurso que colocava a indústria no centro de qualquer projeto político de reordenação da sociedade brasileira.” (1982, p.69). Por conta destas movimentações políticas em torno das indústrias, no ano de 1985 o sindicato vestuarista de Criciúma iria assistir uma eleição inédita com duas chapas concorrentes, uma pertencendo à classe dos trabalhadores e a outra representando os patrões.

A Eleição no Sindicato dos Vestuarista de Criciúma

O sindicato dos trabalhadores da indústria do vestuário do município de Criciúma surgiu no ano de 1979, desde sua formação teve como sua presidente Ana Aurino Borges dos Reis. Seu comando no sindicato inicialmente foi abraçado pelas trabalhadoras e trabalhadores, porém com o passar dos anos de seu mandato os operários/as passaram a questionar a postura tomada pela presidenta do sindicato. Pois, ao invés de defender as causas trabalhistas a “dona Ana”, como é chamada nos documentos pelos seus opositores, passou a defender os interesses dos patrões, isso fez com que os trabalhadores e as trabalhadoras ficassem insatisfeitas/os com as atitudes tomado pela presidenta.

Em determinado momento, o documento analisado apresenta uma fala que além de criticar, acusa a presidenta do sindicato de atos “pelegos”, e isso seria atuar pensando nos patrões e não nos problemas dos trabalhadores. Relata-nos o material; “Estes companheiros não concordaram com o ‘peleguismo’ de dona Ana e tentaram de todas as formas dar continuidade a luta, o que não foi possível pelo fato da presidente ter se tornado UMA PATROA dentro do sindicato”.

O desapontamento e a falta de representação do sindicato culminaram na formação de uma chapa para se contrapor a que atuava até este momento. Essa nova chapa de oposição reivindicava melhores condições de trabalho e de salário, diminuição da carga horária e uma posição mais dura para os problemas de gênero enfrentados pelas mulheres trabalhadoras das indústrias.

A grande maioria dos operários das indústrias do vestuário era composta por mulheres, e estas eram as principais interessadas em uma melhor condição de trabalho. Com isso destacamos que além da representatividade simbólica de ter uma mulher no poder, para essas trabalhadoras, o que mais importava era a sua representação política, o que não aconteceu na atuação da “dona Ana”. E isso

provavelmente foi à causa que levou a Chapa 2, mesmo sendo encabeçada por um homem, ganhar força e apoio das operárias. Nosso documento apresenta os principais argumentos pregados pela oposição.

A plataforma da Chapa de Oposição dos Vestuaristas: 40 horas semanais, reajustes trimestrais, estabilidade, democratização do sindicato: assembleia periódicas gerais e por fábricas; grupos de fábricas por bairros, transformar o estatuto e distribuir para os trabalhadores.

Em determinado momento o documento nos mostra que entre as propostas da chapa de oposição estavam à questão do aumento salarial. Diz o “Manifesto da Chapa de Oposição”

Nós da chapa de oposição, estamos dispostos a mostrar para os trabalhadores de ambas as partes que temos capacidade de fazer um sindicato, mas um sindicato combativo, para lutar pelo salário a altura de cada categoria, pois somos unidos, e o trabalhador não merece ganhar este salário tão pobre.

É necessário frisar que essa chapa de oposição foi iniciada “às escuras” já que os trabalhadores temiam a repressão por parte dos patrões ao verem uma organização de oposição. Demonstrando o quanto as questões trabalhistas e a politização do sindicato foi algo inédito neste ramo trabalhista. Com as informações obtidas em documentos da Chapa 2 conseguimos vislumbrar o trabalho de organizar a chapa e logo depois diluir o medo de enfrentar os patrões pelo o bem dos trabalhadores. Mesmo passando por um clima tenso de oposição, a Chapa 2 possuía apoio, como por exemplo, da CUT regional e outros órgãos, conforme consta em um dos documentos analisados.

Felizmente a Oposição dos Vestuarista já conta com um bom apoio: Entre as entidades que apoiam abertamente a oposição estão o partido dos trabalhadores, setores do PMDB, a CUT Regional, em particular na pessoa de seu presidente Domiciano Zanellatto, também presidente do sindicato dos metalúrgicos de Criciúma; da Pastoral operária e do CEDIP – Centro de Documentação e Informação popular [...]

Dentre os documentos que tivemos acesso, apenas um é referente à campanha da Chapa 1, e este apresenta uma proposta de aumento salarial nas categorias industriais. Contestando as propostas, a chapa de oposição relata em seu material de campanha que o ajuste salarial deveria ter sido maior do que o indicado nos panfletos da Chapa 1. Em um dos documentos observamos a indignação da

Chapa 2 com a falta de representação do sindicato atual, segundo este documento “A DONA ANA, atual presidente do nosso Sindicato, está soltando uma nota onde mostra quanto será o nosso salário, à partir de novembro deste ano, fazendo de conta que aquilo será um ótimo salário.”

Companheiro Vestuarista !

A DONA ANA, atual presidente do nosso Sindicato, esta soltando uma nota onde mostra quanto será o nosso salário, à partir de novembro deste ano, fazendo de conta que aquilo será um ótimo salário.

O que ela não diz, é que o nosso salário será tão baixo assim, por CULPA EXCLUSIVA DELA, que no ano passado, em novembro, fez um acordo com os patrões e NÓS DEIXAMOS DE GANHAR EM TORNO DE 25% dos aumentos de janeiro e maio passados, lembram?

Caso este "acerto" não tivesse sido cometido, o nosso salário seria assim, em novembro próximo:

	AO INVÉS DE:	DEVERIA SER:
- COSTUREIRA	Cr\$ 705.044,00	Cr\$ 844.440,00
- FEICHADEIRA	Cr\$ 765.565,00	Cr\$ 915.945,00
- REMALHADEIRA	Cr\$ 812.366,00	Cr\$ 974.839,00
- CORTADOR	Cr\$ 895.160,00	Cr\$ 1.068.982,00
- PREPARADEIRA	Cr\$ 662.400,00	Cr\$ 794.880,00
- TECELÃO	Cr\$ 1.158.546,00	Cr\$ 1.389.738,00

Tanto isto é verdade, que os patrões estão todos engajados na campanha **CEPROC** no sindicato, inclusive pagando a fábrica para fazer campanha **CEPROC** DA VITÓRIA DA CHAPA 2.

E Atenção A NOSSA PROPOSTA É TRABALHAR 8 HORAS POR DIA, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA (40 HORAS SEMANAIS), O QUE MUITAS CATEGORIAS JÁ CONSEGUIRAM.

VESTUARISTA, O QUE É NOSSO, PODE SER RECUPERADO. BASTA QUE NOS UNHAMOS. BASTA QUE TENHAMOS UM SINDICATO QUE NOS DEFENDA.

POR ISTO, VOTE EM VOCÊ.

VOTE CHAPA 2

Imagem 1- Panfleto de Campanha da Chapa 2

No que diz respeito às discussões sobre as lutas por igualdade de gênero, percebemos que no caso deste sindicato, a existência de uma mulher como presidenta não alterou a situação de trabalho das mulheres. Segundo Davis, “À medida que a reivindicação geral pela igualdade feminina se fortalecia, as mulheres eram cada vez mais atraídas para a luta por mudança social.” (DAVIS, 1994, p. 155). Essa ascensão da luta social das operárias nos parece claro no material de campanha da Chapa 2, pois conseguimos vislumbrar a adesão das mulheres na busca pela representação política, que mesmo sofrendo o risco de perderem seus empregos, continuaram na luta para a vitória da Chapa opositora.

Percebemos o empenho e a necessidade nos discursos da chapa opositora em propostas de melhoria da vida das mulheres trabalhadoras, já que estas eram a maioria do público votante. Os documentos de campanha, que tivemos acesso, demonstram a grande preocupação desta chapa na representação das necessidades das mulheres nas fábricas. Em determinado momento o documento nos diz que

Diariamente, cerca de 10 mil trabalhadores na indústria do vestuário de Criciúma se deslocam de seus bairros da periferia, até o local de trabalho. Na sua grande maioria são operárias, moças e senhoras que, devido os baixos salários de seus maridos ou pais, são obrigadas a trabalhar para o seu sustento ou de sua família. Em troca de um salário arrochado, enfrentam uma enorme jornada de trabalho de 48 horas semanais, sem contar com as horas-extras. [...] as horas extras que os patrões obrigam a fazer – inclusive as mulheres o que é proibido por lei, constata-se os curtíssemos intervalos para o lanche; o controle rigoroso nos banheiros; as famosas cantadas e violências que as mulheres sofrem dentro da maioria das fábricas; o ritmo intensivo da produção; o ruído infernal e os locais insalubres.

As reivindicações das operárias criciumenses deslocam nossa ótica dos processos de trabalho e nos engatilham a percepções de aspectos de questões de luta por igualdade de gênero. As necessidades de serem vistas e também ouvidas, levam a maior parte das operárias a apoiarem uma chapa que foi composta majoritariamente por homens. Segundo Sina

No campo profissional, normalmente os postos de trabalho facultados às mulheres ficavam na base da pirâmide no limiar do século XX. As jovens de famílias carentes de recursos é que se alinhavam entre as operárias. Em princípio, sem nenhuma chance de evoluir na hierarquia corporativa. Os postos de comando eram privativos dos homens, assim como algumas atividades. (2005, p.29)

A mão-de-obra feminina é utilizada desde os primórdios das fábricas, as mulheres são consideradas “menos qualificadas” e por conta disto, seu trabalho é desconsiderado e menos remunerado comparado com os salários dos homens, mesmo que elas desenvolvam as mesmas funções. A mulher no mercado de trabalho para sociedade moderna se apresenta como um de complemento da renda familiar. De acordo com Rago em 1997

Apesar do elevado número de trabalhadoras presentes nos primeiros estabelecimentos fabris brasileiros, não se deve supor que elas foram progressivamente substituindo os homens e conquistando o mercado de trabalho fabril. Ao contrário, as mulheres vão sendo progressivamente

expulsas das fábricas, na medida em que avançam a industrialização e a incorporação da força de trabalho masculina. As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independente da classe social a que pertencessem. (p. 581).

A luta das mulheres para serem reconhecidas pela sociedade transcende os campos das lutas trabalhistas, as questões de gênero ganham força e conceitos científicos na modernidade, os movimentos de mulheres a cada dia estão mais fortes e as questões de raça, classe e gênero são pautas principais das lutas feministas. Segundo Henning, “[...] uma luta articulada não apenas contra a opressão sexual das mulheres, mas também contra outras formas de dominação e de desigualdades baseadas em racismo, heterossexismos e exploração por classe social.” (2015, p. 103). As dificuldades trabalhistas ainda permeiam nas discussões da luta por igualdade de gênero, os problemas enfrentados pelas operárias criciúenses em 1985 ainda se apresentam na contemporaneidade, apenas com pequenas diferenças. No caso desta eleição sindical em Criciúma, as mulheres operárias preferem a representação de um homem que tornasse interlocutor de suas necessidades, ao invés de uma mulher no papel do opressor.

A eleição sindical do ano de 1985 ocorrida em Criciúma contém vários elementos das lutas por igualdade de gênero, o que nos fica claro pelas pautas de campanha analisadas. As necessidades de representação do público feminino fabril demonstram a necessidade de compreensão nas causas de classe e gênero. Pois, a luta desempenhada pela chapa de oposição corresponde à busca por meios de qualificação de trabalho, respeito às diferenças e a especificações das operárias, que não se compreendiam em uma luta de gênero, mas sim de classe.

Identificamos na abordagem da Chapa 2 a utilização das questões de gênero como ponto principal da campanha, determinando o êxito na sua vitória na eleição do sindicato. Isso significa que além da representatividade física de votar em uma mulher, as concepções de gênero na indústria vestuarista de Criciúma levaram as operárias a votarem em uma liderança masculina, que prometia uma representação verdadeira, no ponto de vista operário. E esses aspectos se demonstram resultados da eleição sindical, que deu a vitória com folga para a chapa 2.

A escolha dessa eleição não ocorreu pela representação feminina, pois para as trabalhadoras votar em uma mulher naquele momento, seria votar em alguém

que representava os interesses dos patrões e não os interesses trabalhistas, estes que eram os aspectos fundamentais na sua luta pela reorganização sindical.

A concepção de que as mulheres trabalhadoras de Criciúma sofriam diferentes opressões se faz presente durante todo o material eleitoral da Chapa 2, entre elas estão as lutas por respeito as leis trabalhistas, ao fim dos assédios sofridos nas indústrias, a um deslocamento seguro para essas operárias de suas casas nas periferias até as indústrias, mas ainda a preocupação em politizar estas mulheres sobre a importância do sindicato nestas lutas. Desde modo, fica claro que estas mulheres são cruzadas por diversos meios de opressão, e a discussão de interseccionalidade demonstrasse importante para compreensão do resultado desta eleição.

Conclusão

Compreendemos, que por mais que toda a campanha da Chapa 2 esteja embasada em motivações da luta de gênero, as operárias votaram em um homem que representava a classe trabalhadora, demonstrando então, que as questões que permeavam as indústrias trabalhistas de Criciúma estavam ligadas as lutas de classe e gênero.

Vislumbramos também com a realização deste artigo, a força que um grupo organizado tem para realizar transformações em seu meio. O que ocorreu com a campanha da Chapa 2, o seu nascimento ocorreu na obscuridade e ao longo do tempo a politização da chapa e dos demais trabalhadores/as transformou estes e os levou a vitória, desenvolvendo assim, um sindicato realmente ativo nas lutas trabalhistas.

Ao longo da nossa análise nos documentos de campanha da Chapa de Oposição das eleições sindicais do ramo vestuarista do município de Criciúma, concluímos que, além da necessidade de redemocratização da política do sindicato, que por muito tempo foi uma peça obsoleta nas lutas trabalhistas, as discussões nas questões de gênero foram determinantes para os resultados da eleição em 1985.

Apesar de compreender que a vitória da chapa de oposição se deve ao fato das reivindicações trabalhistas estarem ligadas as questões da igualdade dos sexos, acreditamos que as mulheres não compreendiam as lutas sindicais como

lutas do âmbito de igualdade de gênero. Consideramos que o conceito que levaria as mulheres a votarem na “Dona Ana” pelo fato de buscar a representação de uma mulher, não ocorreu, e que o fato determinante neste momento da eleição, foi à questão das discussões de classe, onde essas mulheres transcendem o espaço de representação física para além desse contexto, procurando representação política na classe operária em que estão integradas.

Assim, ao término desta análise podemos dizer que as temáticas que norteavam as questões trabalhistas na indústria vestuarista de Criciúma em 1985, transcorrem nas questões de lutas por igualdade dos sexos e se encontram nas lutas de classe.

Como temos uma maioria feminina trabalhando neste ramo, as questões de gênero acabam ganhando ênfase nos discursos dos sindicatos, mas neste caso, as lutas de classe acabam integrando de forma mais profunda a vida destas trabalhadoras, por conta disso conseguimos compreender um forte discurso de gênero, mas que acabam desenvolvendo um sentido de luta entre classes.

Por fim a chapa 2 realmente se demonstrou uma opositora, e durante sua campanha, deixou claro ser contra a situação a qual os trabalhadores e trabalhadoras enfrentavam no seu cotidiano nas indústrias vestuarista. O que nos ficou claro foi que as desgastantes horas de trabalho unidas as horas extras obrigatórias e não remuneradas, os baixos salários e os abusos físicos e verbais sofridos pelas operárias foram culminantes para a formação de uma chapa opositora e fortificação do sindicato política do sindicato analisado. A chapa 2 realmente conquistou um eleitorado com seu discurso forte e simples, baseado nas necessidades básicas destas trabalhadoras.

Em nenhum momento encontramos nos documentos analisados discursos de vícios feministas ou grupo de mulheres atuantes nestas questões de igualdade dos sexos no sindicato, o que nos faz crer, que por mais que a eleição tenha sido permeada de questões de gênero, este sindicato não detinha de conhecimento das lutas feministas na sua base. Assim, concluímos que pelas fontes analisadas o movimento de luta de classes se encaixa na perspectiva desta eleição, mas carrega consigo as temáticas de gênero por ter um grande público feminino trabalhando nesta área.

Assim, no final da deste trabalho conseguimos perceber que as trabalhadoras criciumenses do ramo vestuarista de 1985, sofrem tantas opressões de seus patrões, que na perspectiva de representação elas optam em deslocar suas expectativas em um homem, que demonstra entender suas necessidades ao invés de uma mulher que tornasse uma opressora quando detém do poder.

Deste modo, nossa compreensão sobre o sindicato vestuarista criciumense, é que ele ressurgue na luta de classe a partir das necessidades das lutas de gênero. E que ainda que as operárias tenham colocado um homem para representa-las, percebemos que seu discurso é direcionado as questões de igualdade de gênero, e assim, as trabalhadoras conseguem alterar seu local de fala a partir da eleição de 1985.

Referências

CANÊDO, Letícia Bicalho. **A classe operária vai ao sindicato**. São Paulo: Ed. Contexto, 1988. 75 p.

CHIAVENATO, Júlio José. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. 6. ed. São Paulo: Moderna, 1995. 136 p.

DAVIS, Angeka, 1944 – **Mulheres, raça e classe** / AngelaDavis; tradução Heci Regina Candini. – 1. Ed – São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angeka, 1944 – **Mulheres, cultura e política** / AngelaDavis ; tradução Heci Regina Candini. – 1. Ed – São Paulo: Boitempo, 2017.

DECCA, Edgar Salvadori de. A ciência da produção: a fábrica despolitizada. In: **Revista Brasileira de História**. N 6. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, 1984. p. 47-79.

DEL PRIORE, Marry (Org.). **História das mulheres no Brasil**. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. São Paulo: Contexto, 1997. 678 p.

MENDONÇA, Sonia. **A industrialização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1995. 88 p.

SANTANA, Marco Aurélio. O sindicalismo brasileiro nos anos 1980-2000: do ressurgimento à reorientação. **Revista da Ret**: Rede de Estudos do Trabalho, Rio de Janeiro, v. 8, n. 5, p.1-17, 2011. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/11%20_%208%20Articulo%20Marco%20Santana.pdf>. Acesso em: 13 set. 2001

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. 439 p.

SINA, Amalia. **Mulheres e trabalho**: o desafio de conciliar diferentes papéis na sociedade. São Paulo: Saraiva, 2015.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 3 v. em 2 (Oficinas da História 5).

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 493 p.